

## A evolução dos espaços locais

---

Patrick Caron, Eric Sabourin,  
Pedro Carlos Gama da Silva e Bernard Hubert

Embora seja difícil de circunscrever o “local”, é nesse nível que os projetos e as decisões dos atores traduzem-se por novas formas de organizações espacial e social. Assim, Camagni (1991) define o “meio” local como um conjunto de interdependências funcionais entre atores, baseado no pertencimento delas a uma mesma entidade territorial, e oferecendo um contexto organizado às relações entre os atores, o que lhes permite reduzir o grau de incerteza e desenvolver processos coletivos de aprendizagem.

O conceito de sistema agrário, definido inicialmente por agrônomos (Mazoyer, 1987; Mazoyer & Roudart, 1997) e por geógrafos, pode ser utilizado para estudar os processos produtivos no meio rural. Ele pode aplicar-se, indiferentemente, a escalas que vão da comunidade rural ou da pequena região à grande zona agroecológica (Jouve & Clouet, 1984). Para compreender as ligações entre dinâmica econômica e território, Courlet & Pecqueur (1996) propõem o conceito de sistema produtivo localizado, baseado na afirmação “que o território (...) inclui todos [os] fatores – históricos, culturais, sociais – que constituem a base dos modelos específicos de organização da produção (...) e da contínua interação entre a esfera econômica e a esfera social”. Para esses autores, o sistema produtivo localizado estrutura as estratégias dos atores, delimitando

28817  
OPC

seus comportamentos, garante sua própria reprodução com a ajuda de formas institucionais específicas, sofre a influência das restrições globais; porém, no mesmo movimento, contribui para a elaboração dessas últimas.

Este capítulo apresenta uma metodologia de estudo das transformações das sociedades rurais em escala local, elaborada e experimentada na zona semi-árida do Nordeste. A análise das trajetórias de desenvolvimento consitui um enfoque de ajuda à decisão e à ação coletiva pela produção de informações seletivas e operacionais em tempo real (Silva et al., 1994). Além do diagnóstico de situações particulares, o objetivo é elaborar modelos<sup>12</sup> de evolução dos espaços locais, utilizáveis em outros lugares e em outras escalas. A primeira parte apresenta as principais características do método, ilustradas pelo exemplo da trajetória de desenvolvimento da pequena região de Massaroca (1000 km<sup>2</sup>), no Município de Juazeiro. Baseando-se na análise comparativa de vários estudos, um modelo de evolução dos espaços locais é proposto em seguida.

## Conceitos, metodologia e ilustração

A abordagem consiste em analisar as transformações das sociedades rurais identificando e interpretando as mudanças técnicas, econômicas e sociais. Procuramos reconstituir, em escala local, a história agrária assim como fazem alguns geógrafos ou agrônomos (Bertrand, 1975; Mazoyer, 1987). Nessa escala, a freqüente ausência de informações escritas e a necessidade de referência às atividades estratégicas e aos projetos dos atores locais levaram a ter como base o conceito de trajetória de desenvolvimento. Essa trajetória é definida como a evolução dos recursos produtivos e a sua reorganização no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, no bojo de um território definido, tendo em vista reproduzir e melhorar suas condições de vida, determinada, em parte, pela influência de fatores e de atores externos (Embrapa, 1994b; Silva et al., 1994; Silva et al., 2000).

<sup>12</sup> A modelização não constitui aqui uma démarche normativa. Trata-se da construção de modelos compreendidos como "representações inteligíveis artificiais, simbólicas das situações nas quais intervimos... representações artificiais que construímos em nossas cabeças" (Le Moigne, 1990).

Essa noção inspira-se naquela do itinerário de desenvolvimento proposto por Vallerand et al. (1990), a saber: uma seqüência ordenada de ações técnicas compatíveis, por um lado, com uma evolução aceitável do funcionamento e das performances das unidades de produção e, por outro lado, com uma organização progressiva dos serviços técnicos capazes de dominar a difusão dessas inovações. Preferimos falar de trajetória de desenvolvimento para caracterizar as transformações técnicas e sociais que afetaram, e afetam ainda, as sociedades rurais. Trata-se, de fato, de explicar a historicidade das situações observadas a partir de uma análise dos acontecimentos que agiram sobre o sistema local no decurso das últimas décadas (Silva et al., 1994). O conceito proposto diferencia-se, também, daquele de itinerário de desenvolvimento, por sua referência à escala da localidade e não à escala da unidade de produção ou da cadeia produtiva. A metodologia compreende duas etapas: o estudo de uma trajetória de desenvolvimento local e a análise comparativa de várias trajetórias de desenvolvimento (Caron et al., 1997).

O estudo de uma trajetória de desenvolvimento local desenrola-se em várias etapas:

- Definir o espaço social e geográfico relacionado às questões que se propõe estudar ou, como foi o caso no Nordeste, tendo por base uma demanda e a existência de um dispositivo de pesquisa-ação.
- Identificar as mudanças observáveis (ou identificáveis) das práticas produtivas individuais ou coletivas de produção. Essa etapa inclui uma crônica dos acontecimentos e dos fatores que conduziram às mais importantes mudanças e baseia-se em pesquisas (entrevistas) efetuadas com agricultores e técnicos.
- Estudar as reorganizações dos recursos produtivos realizadas por produtores e que levaram às mudanças identificadas anteriormente, dando uma atenção particular ao acesso à informação e às inovações técnicas e organizacionais.
- Analisar as perspectivas de evolução.

Ilustraremos essa intervenção pelo exemplo da trajetória da pequena região de Massaroca. Suas três principais fases estão representadas na Fig. 5 (Sabourin et al., 1996a).

A análise comparativa de várias trajetórias de desenvolvimento compreende as seguintes etapas:

- Realizar uma análise comparativa das situações estudadas.
- Emitir hipóteses relativas aos mecanismos de transformação, depois de ter identificado os fatores de mudança comuns e aqueles que são específicos a uma situação.
- Elaborar modelos, a partir de regras gerais ou específicas de evolução, que expliquem a organização do espaço local e suas articulações com os espaços nos quais ele está inserido.

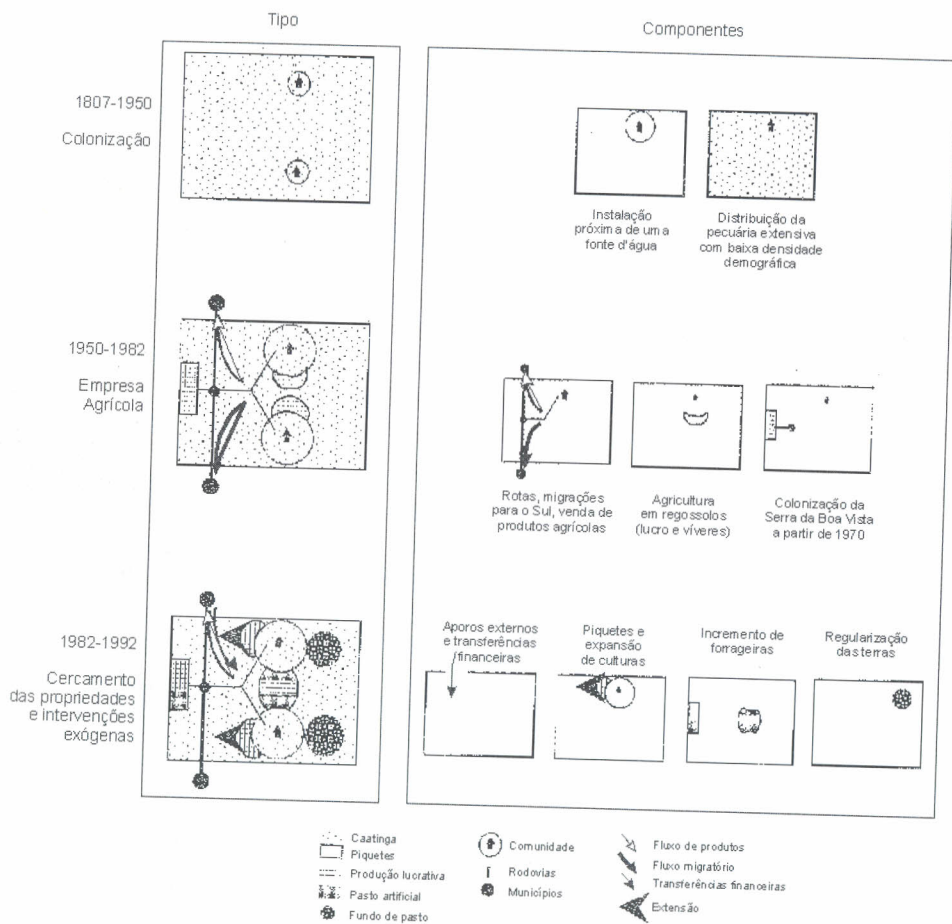


Fig. 5. Principais etapas da trajetória de desenvolvimento local em Massaroca.

## A trajetória de desenvolvimento de Massaroca

### A colonização de 1807 a 1950: ocupação e apropriação fundiária

Os primeiros ocupantes – vaqueiros – instalaram-se perto das fontes d'água eventualmente encontradas. A Lei da Terra permite legitimar essa ocupação desde a segunda metade do século 19. A densidade demográfica aumentava progressivamente, mas continuava fraca. As fazendas eram em parte divididas entre os herdeiros, sem que essas transmissões fossem registradas em cartórios ou administração.

A outra parte continuava propriedade indivisível da família extensa ou da comunidade. As famílias viviam essencialmente da produção da pecuária extensiva em pastagem livre e do cultivo de víveres em pequenos terrenos cercados, para as necessidades de consumo. As terras não cercadas eram acessíveis a todos, quer fossem, ou não, membros da comunidade.

### A empresa agrícola e a integração regional – 1950 a 1982

A construção de uma estrada entre Salvador e Juazeiro, ligando o Sertão ao Sul do Brasil, e de caminhos entre as comunidades e esse eixo, permite o escoamento de produtos agropecuários. Pouco a pouco, as culturas se desenvolveram nos solos mais apropriados, inclusive em lugares às vezes distantes, como a Serra da Boa Vista, colonizada a partir de 1970. Além de satisfazer as necessidades alimentícias, essas culturas eram destinadas à indústria (algodão, sisal, mamona) ou ao abastecimento de víveres dos mercados regionais (mandioca, melancia). Porém, as áreas agrícolas, que exigem mão-de-obra abundante para cercá-las e cultivá-las, eram reduzidas, em virtude da pouca disponibilidade de trabalhadores. Os movimentos migratórios, definitivos ou temporários, intensificaram-se na época do milagre econômico e da industrialização do Sul do Brasil, e por ocasião das épocas de seca.

## As intervenções exógenas, a cerca e as diferenciações a partir de 1982

Para se opôr à expropriação ligada à implantação de um perímetro público de irrigação em suas terras de pastagem livre, os produtores, com o apoio da Igreja, constituem formas de organização associativas a partir de 1982. Uma dinâmica federativa emerge em 1989, embora ficando limitada a apenas nove comunidades. São atribuídos às associações de produtores títulos de propriedade coletiva, dos fundos de pasto (Garcez, 1987). Esses regulamentos abrem o acesso aos financiamentos dos projetos públicos de desenvolvimento. Em um contexto de abertura democrática, os agentes de desenvolvimento asseguram a formação técnica e o papel de intermediários entre as associações e os poderes públicos.

Os projetos multiplicam-se e conhecem sucessos diversos. A maioria das mudanças técnicas (manejo alimentar dos rebanhos, produção de forragem, etc.) e econômicas baseiam-se no crescimento rápido das áreas cercadas. Esse fenômeno de cercamento é acompanhado por processos de diferenciação entre as unidades de produção. O contexto econômico do Brasil muda. A migração para o Sul antes da instalação dos jovens agricultores não representa mais o interesse de antigamente. Ela já não permite uma acumulação de capital, mas continua sendo o último recurso em caso de seca.

As dinâmicas fundiárias observadas, a saber a rarefação das pastagens livres e o incremento das áreas cultivadas, explicam-se, em parte, pelas práticas dos produtores (Caron, 1998). A extensão das cercas, ligada ao aporte financeiro exógeno e à difusão das gramíneas forrageiras perenes, e do arame farpado reduz consideravelmente o espaço comum de acesso livre. Tais evoluções são acompanhadas de uma transformação das práticas de pecuária (ver o capítulo *Dinâmica dos sistemas de pecuária*).

A análise do contexto no qual essas evoluções se inscrevem permite, também, compreender melhor os mecanismos de transformação local. A regularização dos títulos de propriedade coletiva dos fundos de pasto resulta de uma reivindicação política, numa reação ao risco de expropriação. Esse movimento, ligado ao

surgimento e ao carisma de novos líderes camponeses, foi facilitado, porém, pelo retorno à democracia. O aumento dessas áreas cultivadas está estreitamente associado à construção da estrada entre Juazeiro e Salvador, que passa por Massaroca. Seguindo o ritmo do desenvolvimento ou do desaparecimento das agroindústrias, por vezes distantes, diferentes ciclos de lavouras sucederam-se. Hoje, a região de Massaroca é amplamente influenciada pela cidade vizinha, Juazeiro. A uma hora de ônibus, tornou-se um lugar de fácil acesso para trabalhar ou vender produtos.

Tão paradoxal quanto possa parecer em uma região de colonização antiga, é uma situação pioneira que prevalece atualmente em Massaroca. A aridez do clima, a ausência de grandes proprietários e a fraca densidade demográfica traduziram-se pela persistência dos pastos coletivos. Somente os 2 a 5 hectares cultivados por família eram cercados. Nos últimos anos, as possibilidades técnicas e financeiras acabaram com algumas restrições que limitavam a apropriação individual do espaço pelas cercas; como, aliás, foi o caso em vários lugares do Nordeste. Algumas unidades de produção possuem várias centenas de hectares de pastos cercados. Entretanto, contrariamente à trágica profecia de Hardin (1968), essa evolução suscita o surgimento de estratégias e ações coletivas, visando preservar os pastos de uso comum (Sabourin et al., 1997a). Os usuários elaboram novas regras de acesso, de exclusão e de manejo, e encontram soluções institucionais para os problemas que surgem. Observa-se uma mudança de status do bem. De bem público, no sentido dado por Ostrom & Ostrom (1978), torna-se um bem comum graças à estruturação de novas convenções.

## Um modelo de evolução dos espaços locais

A elaboração do modelo de evolução dos espaços locais do Nordeste semi-árido baseia-se em diversos estudos, realizados em diferentes escalas:

- A comunidade rural (Lagoinha, Município de Juazeiro, BA; Calumbi, Município de Tauá, CE; Alagoinhas, Município de Mossoró, RN).

- A pequena região (Massaroca, nove comunidades, 1.000 km<sup>2</sup>).
- O município (Juazeiro, 6.000 km<sup>2</sup>, e Pintadas, 500 km<sup>2</sup>, BA; Nossa Senhora da Glória, 1.000 km<sup>2</sup>, SE; Tauá, 4.000 km<sup>2</sup>, CE).

Essas localidades foram selecionadas em função da disponibilidade das informações e da variedade das situações e das dinâmicas camponesas e institucionais (Fig. 3). A análise comparativa visa interpretar, por um lado, a diversidade e a similaridade das evoluções, em locais distintos, em épocas determinadas (análise sincrônica) e, por outro, a similaridade das evoluções em locais e momentos diferentes (análise diacrônica).

## As quatro situações ou tipos de espaço local

Quatro situações (Estados) diferentes podem ser identificadas (Silva et al., 1994). A cada uma correspondem formas de organização local, estratégias e práticas particulares.

### O espaço pioneiro

A referência "pioneira" traduz um fenômeno de conquista. A do espaço nordestino exprimir-se, essencialmente, pela apropriação individual dos recursos naturais. No século 20, a prática de cercar as terras desenvolve-se em datas diferenciadas e segundo modalidades e intensidades variáveis. Independentemente do estatuto fundiário, ela é motivada pela apropriação individual do uso de recursos explorados até então por todos, na falta de demarcações físicas. Na maior parte das localidades do Nordeste, o espaço foi, não sem conflitos e exclusões, inteiramente dividido por cercas e apropriado individualmente. A frente pioneira pertence portanto à história.

Entretanto, no sertão norte da Bahia, como em Massaroca, o uso coletivo das pastagens livres é freqüente. O clima é mais seco, os fazendeiros menos presentes, a pressão sobre o espaço é menos forte. A partir dos anos 80, desenvolve-se uma dinâmica de apropriação individual de áreas utilizadas como fundos de pasto. O termo "espaço pioneiro" é preferível a "frente pioneira", pois as transformações não se baseiam na mobilidade da população. Não se observa a emergência de "novas localidades ligadas à comunidade de origem através de um sistema logístico de postos

avançados, de bases de retaguarda, de vias de comunicação" (Brunet et al., 1992). Como em Massaroca, a adoção de novas convenções locais e regras de manejo dos recursos pode permitir aos grupos sociais controlar o desenvolvimento dessas lógicas pioneiras. A configuração dos espaços produzidos depende dessa capacidade de organização e de regulamentação.

### O espaço de produção diversificada

O espaço de produção diversificada corresponde à existência de uma maioria de unidades produtoras que conduzam atividades e elaborem produtos múltiplos e variados. A diversificação cobre realidades diferentes segundo a organização da produção e da comercialização: forma autárquica na época da colonização; diversificação nas economias camponesas onde as quantidades produzidas são fracas e somente os excedentes são comercializados e onde a migração representa um papel importante; diversificação em caso de crise ligada à saturação de um mercado particular, para poder explorar melhor os mercados próximos, como em algumas zonas do Município de Tauá, após a crise do algodão nos anos 80.

### A bacia de produção

A existência de uma bacia de produção está ligada à conjunção de três características: a especialização de um número significativo de unidades de produção agrupadas em torno de um produto ou tipo de atividade; a existência de um espaço de produção mais ou menos contínuo; a existência de organizações comerciais que permitam o abastecimento de centros de consumo, por vezes distantes. A organização da cadeia varia entre dois extremos definidos por Becattini & Rullani (1995): o pólo industrial estruturado em torno de uma ou várias grandes empresas; o distrito industrial em torno de pequenas empresas.

Existe um limiar para que um produto de diversificação torne-se a principal especulação, para que os serviços e equipamentos necessários sejam implantados. Esse limiar está ligado ao efeito de encadeamento e à interdependência de comportamento dos produtores mas, também, à intervenção de novos atores, como a indústria. Uma vez ultrapassado esse limiar, o efeito de encadeamento

pode deslocar-se para zonas vizinhas, conferindo às bacias de produção limites que evoluem permanentemente, segundo extensões e retrações.

O sertão da Bahia era uma bacia de produção do sisal nos anos 60 e 70. No norte do sertão, a bacia algodoeira estendeu-se progressivamente, a partir do final do século 19, incorporando novas zonas de acordo com a extensão das ferrovias e, mais tarde, das rodovias, como Tauá, nos anos 40. Recentemente, as bacias de produção leiteira da zona litorânea úmida deslocaram-se e estenderam-se pela Região Semi-Árida. O estudo da formação histórica da bacia leiteira de Feira de Santana, na Bahia, revela uma forma evolutiva que repousa na integração de novos alvéolos, situados cada um na periferia de um novo centro de coleta implantado anteriormente na "fronteira do leite", como em Pintadas, BA (Caron, 1998).

### O espaço marginalizado

Um espaço não é marginal por natureza. Ele torna-se marginal; é marginal por comparação. É uma zona onde as produções locais não permitem às populações nem suprir suas necessidades nem reproduzir fatores humanos e materiais de processos produtivos. Poucos excedentes são produzidos. Somente as transferências financeiras exógenas, provenientes da migração ou de ajudas públicas, garantem o suprimento das necessidades. Pode-se distinguir o espaço "sinistrado", onde as evoluções técnicas, econômicas e demográficas conduzem a uma crise dos sistemas produtivos sem que se operem fenômenos de reconversão (crise algodoeira nos anos 80), e o espaço "encravado", distante dos eixos rodoviários construídos nos anos 60.

A existência de tais espaços faz avançar o debate sobre a diversidade, em particular espacial, das situações, sobre a pluralidade dos objetivos designados ao setor agropecuário, sobre a importância do papel do Estado em termos de transferências financeiras e de organização do território, e sobre a capacidade das organizações locais em mobilizar tais auxílios.

### As transições entre tipos de espaços

Todas as transições entre as quatro situações podem ser consideradas (Fig. 6). A colonização recente do Nordeste poderia

falsamente permitir imaginar um continuum entre espaço pioneiro, espaço diversificado e bacia de produção e, em seguida, por vezes, espaço marginalizado. De fato, as transições são todas reversíveis. É mesmo possível voltar à etapa do espaço pioneiro, depois de tê-lo deixado, como em Massaroca, ou evoluir de uma bacia de produção para outra quando, graças à irrigação, os produtores convertem-se e desenvolvem novas culturas. Os estudos evidenciaram uma grande diversidade de evoluções históricas (Fig. 7).



Fig. 6. Etapas e transições dos espaços locais.

Fonte: Caron et al., 1998b.

Toda transição entre duas situações pode ser assimilada a um processo complexo, cujo desenrolar está ligado a uma combinação de comportamentos, de ações e de acontecimentos que denominaremos de fatores. Podemos identificar três tipos de fatores:

- Fatores desencadeadores, como a instalação de uma indústria, que se traduzem imediatamente por uma mudança de situação e que, mesmo representando freqüentemente condições necessárias, não são geralmente os únicos a induzir a transição.

- Fatores aceleradores, como auxílios financeiros públicos, que preparam o terreno das mudanças, permitem negociá-las ou aceleram seu desenvolvimento.
- Fatores reguladores, como a definição de regras de gestão dos espaços comuns em Massaroca, que facilitam o controle das evoluções pelo grupo social e garantem a reprodução das condições de produção e a estabilidade de uma situação.

A dinâmica da mudança está vinculada à capacidade que os indivíduos e os grupos sociais têm de coordenar suas ações, entre eles e com os atores externos, combinando esses diferentes fatores para gerenciar fluxos de informações, conceber e colocar em prática seus projetos (ver item *Sínteses temáticas*). A organização da produção está condicionada pela proximidade espacial e pela coordenação entre atores e instituições, que têm comportamentos interdependentes. Essa coordenação traduz-se pela capacidade dos atores de exercer um controle coletivo das dinâmicas em curso e das situações futuras.

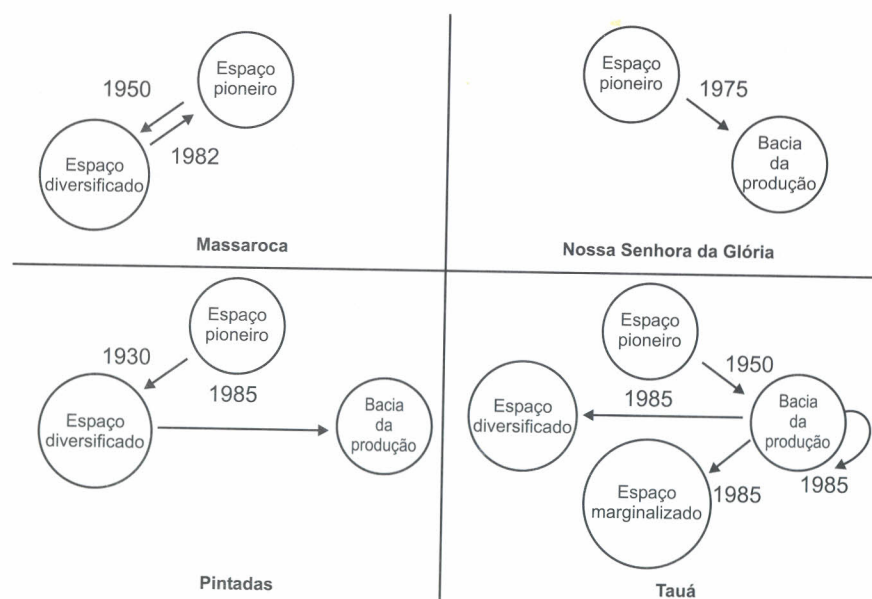


Fig. 7. Evoluções dos espaços em quatro microrregiões  
Fonte: Caron et al., 1998b.

As formas de coordenação que permitem assegurar a estabilidade de uma situação ou contribuir para a transição a uma nova situação são diferenciadas segundo a própria situação. Num espaço pioneiro, a capacidade dos atores locais de formular e controlar a aplicação das regras de acesso aos recursos fundiários é fundamental. Quando uma bacía de produção se constitui, trata-se da coordenação entre produtores, atravessadores, artesãos e industriais.

A cada situação pode-se atribuir uma capacidade de organização e de regulação que repousa no comportamento dos atores e nas externalizações que eles produzem. Ela traduz-se pela constituição de um meio que facilita os processos de aprendizagem individuais e coletivos, e no seio do qual se organizam os serviços essenciais à produção (Camagni, 1991).

## Um modelo para imaginar novas ações

### O espaço local, fator de mudança

A elaboração do modelo de evolução das pequenas regiões apóia-se em uma abordagem empírica indutiva, construída a partir de observações realizadas in situ, baseada nas teorias da organização e do funcionamento de sistemas complexos. Além da diversidade das situações locais, a análise procurou evidenciar invariâncias regionais.

As dinâmicas analisadas evidenciam o papel do espaço local nos processos de gênese e de difusão da inovação e de recomposição das atividades agropecuárias. O espaço local é, ao mesmo tempo, produto social (Brunet & Dollfus, 1990) e recurso específico. Entretanto, é difícil circunscrevê-lo a priori, em função de critérios que se revelam necessariamente arbitrários. É por essa análise que podem ser descobertos os níveis de organização e de coerência que dão um sentido aos comportamentos dos atores e definem o espaço local. Seus limites evoluem no tempo e no espaço, e, geralmente, esse espaço não corresponde ao espaço definido no início do estudo. Como escreveu Liu (1993), se a formação da estrutura depende da dinâmica, somente a compreensão desta explicará aquela.

Do mesmo modo, o espaço local assim definido geralmente não corresponde aos limites administrativos. Por um lado, o aparelho estatístico repousa em outros fundamentos teóricos: as unidades de coleta de dados censitários, os municípios, raramente coincidentes com os espaços caracterizados por uma mesma situação. Por outro lado, a ação pública conhece regras e apóia-se na legitimidade de atores cujo papel foi estudado apenas indiretamente no contexto dessa abordagem. O enfoque proposto neste capítulo é, pois, insuficiente quando se trata de definir os termos da ação, em particular da ação pública.

O posicionamento das dinâmicas locais observadas no seio do espaço regional permite, simultaneamente, melhorar a análise e mostrar como elas contribuem para a transformação do Nordeste.

Os espaços produzidos conhecem polaridades internas e externas. As primeiras estão ligadas à apropriação e ao manejo dos recursos locais, à implantação de serviços, equipamentos e infra-estruturas, ao investimento de capital e mão-de-obra e à estruturação de redes de aprendizagem. As segundas são relativas à influência do mercado, das legislações e das políticas agropecuárias, da organização do território, dos problemas epidêmicos zoo ou fitossanitários. Tratam-se de fatores freqüentemente decididos em escalas nacional e regional, em lugares de concentração do poder político e econômico, que condicionam fortemente a organização do espaço. Essas polaridades funcionam de maneira diferenciada em cada caso. A estabilidade ou a mudança depende do equilíbrio entre essas duas polaridades e da capacidade dos atores locais em formular projetos, negociar transferências exógenas e parcerias econômicas.

O estudo das transições reforça a pertinência da noção de situação, compreendida como forma momentânea de equilíbrio e coerência. Há limiares a partir dos quais aparecem, em um dado meio, novos fenômenos: serviços e equipamentos raros, transportes coletivos, possibilidades de atuar e, sem dúvida, novos comportamentos (Brunet & Dollfus, 1990). Tais limiares foram colocados em evidência, como a passagem do espaço pioneiro para uma nova situação – quando todos os recursos fundiários são apropriados por indivíduos – ou com a formação de uma bacia de produção. Cadeias de evolução são identificadas, por exemplo, em Massaroca, onde as associações

criadas para obter direitos fundiários tornaram-se, em seguida, importantes pontos de retransmissão para negociar transferências financeiras exógenas. Elas traduzem o efeito de encadeamento de formas de organização e de sucessivos limiares.

## Modelo regional, usos locais

A validação do modelo repousa em sua capacidade de fornecer a outros atores (produtores, agentes de desenvolvimento, políticos, pesquisadores) um quadro teórico que facilite a análise de novas situações e de suas evoluções. Sua capacidade em suscitar o diálogo deve permitir corrigir o próprio modelo e, ao mesmo tempo, verificar a pertinência das representações propostas. Procura-se facilitar a decisão e a ação produzindo símbolos que contribuam para melhor formular os problemas a serem resolvidos. O modelo pode ajudar os atores a elaborarem novas representações de possibilidades futuras e a formular estratégias de ação e projetos individuais e coletivos. Com Godard & Legay (1992), propomos deixar o universo da predição pelo universo da prospecção, estendido para a exploração das possibilidades e das coerências que as restringem, apesar de sua diversidade.

Na realidade, a adoção do modelo pelos atores locais (técnicos, sindicatos, municípios) exigiu vários anos. No início, e às vezes depois de diversas hesitações – por que estudar o passado? Somos agrônomos, não historiadores – estes apropriaram-se progressivamente do instrumento de diagnóstico, o método da análise das trajetórias de desenvolvimento local.<sup>13</sup> Em segundo lugar, os atores locais – que sempre acreditam que sua situação é específica – recusam-se, por vezes, a utilizar os elementos do modelo original, que julgam pré-fabricado. É somente a partir de sua comparação com as situações regionais analisadas que eles reconhecem e validam os principais estados e invariantes do modelo inicial, que se encontra enriquecido, e ao mesmo tempo, readaptado localmente.

<sup>13</sup> Entre 1998 e 1999, cerca de 50 estudos de trajetórias de desenvolvimento local foram realizados: 15 no Vale do São Francisco, pela Embrapa, estudantes e municípios; cerca de dez, pelos extensionistas da Empresa de Desenvolvimento Rural de Sergipe – Emdagro –, e cerca de 25 no Agreste da Paraíba, por organizações não-governamentais, organizações de produtores (sindicatos, associações, grupos dedicados a experimentos) e estudantes.



Procuramos, antes de tudo, privilegiar os aspectos estratégicos que permitam, em uma situação de incerteza e de incompletação das informações, adotar posições que possibilitem escolhas em tempo real. Os debates com os pecuaristas de Massaroca quanto ao futuro dos fundos de pasto, a partir de modelos gráficos das evoluções em curso, provavelmente contribuíram para a implantação de formas originais de manejo dos recursos. Na Paraíba, foi a repetição de um grande número de estudos locais por organizações camponesas, dentro do marco de um ciclo de formação e de acompanhamento-avaliação, que levou à elaboração coletiva e comparativa de um novo modelo de evolução regional, para as zonas de Agreste e de Brejo.

A elaboração desse modelo foi acompanhada por atividades de pesquisa-ação colocadas em prática nas diversas regiões onde foi implantado o projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Nordeste semi-árido. Elas são ilustradas pelos resultados temáticos, apresentados na segunda parte deste livro. A análise das situações e transições, a reconstituição das trajetórias de evolução e a elaboração de modelos heurísticos ou de modelos de ação foram aplicados, também, às unidades produtoras, aos sistemas de pecuária e às organizações de produtores.